



Porto Velho – RO, 21/10/2016

Referência: Tomada de Preços n.º 026/2016/CEL/PDSEAI/SUPEL/RO

Processo Administrativo: N.º: 01.1801.00340-00/2014/SEDAM/RO

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A DECISÃO DA EGREGIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO QUE NA FASE DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO RESOLVEU HABILITAR A EMPRESA STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DE ITENS EDITALÍCEOS

Ao Exmº Sr. Vivaldo Brito Mendes– Presidente da CEL/PDSEAI/SUPEL, nesta.

Sr. Presidente;

A empresa MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME, cujo o nome fantasia é E.C.P. Soluções em Serviços Gerais (empresa ora impetrante de recurso administrativo contra a decisão da Comissão que habilitou a empresa ora impugnada), estabelecida à Avenida Lauro Sodré, nº 2391, Bairro Ipase Novo, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, vem, respeitosamente, ante à Douta presença de Vossa Senhoria, apresentar, tempestivamente, na forma do item 26.1 do referido edital de licitação c/c com a redação do Artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, o presente Recurso Administrativo contra decisão dessa egrégia Comissão de Licitação que na fase de julgamento dos Documentos de Habilitação resolveu habilitar a empresa STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, doravante denominadas neste recurso como **empresa impugnada**, em face do suposto e ora atacado descumprimento de vários dispositivos editalícios de cumprimento obrigatório, senão vejamos:

- a) Da proposta apresentada pela STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA (ora impugnada) as fls. 1.263 dos autos, apresentou Grau de Endividamento Geral (GEG) e Grau de Endividamento Corrente (GEC) excessivos (GEG = 2,97 e GEC = 1.31), ou seja, muito superiores ao limite máximo estabelecido no edital que é de 0,50. Caso a empresa impugnada não tenha apresentado tais índices e os referidos índices tenham sido calculados pela Comissão de Licitação ou por seu contador posteriormente ao momento de apresentação dos documentos de habilitação (13/10/16 às 09:00 horas) pior ainda, pois nesse caso então, configurar-se-ia a hipótese de total descumprimento do item 8.1.4.1.3, pelo qual:

“...a comprovação da boa situação de liquidez será feita através da Avenida Lauro Sodré, nº 2391, Bairro Ipase Novo, Município de Porto Velho – RO

Tel: (69) 3221-8918 - e-mail: ecp.projetos@hotmail.com

RAZÃO SOCIAL: MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME
CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

demonstração, com base no balanço e através de memória de cálculo assinado por profissional devidamente habilitado em contabilidade, de que atende os seguintes índices financeiros: a) Índice de Liquidez Geral (ILG) $\geq 1,00$; b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) $\geq 1,00$; c) Grau de Endividamento Geral (GEG) $\leq 0,50$; d) Grau de Endividamento Corrente (GEC) $\leq 0,50$ ". Resta comprovado acima o flagrante descumprimento, razão que já seria suficiente para desabilitar a referida empresa. Isso porque no item 8.1.4.1.3 está claro que o licitante deveria apresentar o balanço e também a memória de cálculo assinado por profissional devidamente habilitado em contabilidade, requisito esse obrigatório assegurado pela presença da conjunção coordenativa aditiva "e" que impõe a presença de ambos os instrumentos na proposta de habilitação, não admitindo, nesse caso, a outorga de benefício de ordem por parte da Comissão de Licitação de, apenas por hipótese de argumentação, admitir somente o balanço e realizar os cálculos do demonstrativo por parte de servidor de contabilidade da SUPEL (hipótese vedada nesse edital embora admitida em outros dessa mesma SUPEL).

Ademais, resta frisar que nesse item as irregularidades da proposta da STCP não param por aí, uma vez que, no demonstrativo de boa situação de liquidez da empresa e memória de cálculo não está assinado por profissional habilitado em contabilidade e nem pelo representante legal da empresa, como também não está rubricado e nem numerado e não tem rubrica dos demais participantes da sessão de abertura da licitação (inclusive falta a rubrica do representante legal dessa empresa ora impugnante) fatos que reforçam a hipótese de que os cálculos tenham sido feitos por contador da SUPEL depois do momento da abertura das propostas de habilitação. Outrossim, admitindo-se que a assertiva anterior seja verdadeira, ao deixar de apresentar memória de cálculo assinada por contador legalmente habilitado e representante legal da empresa, deixou de cumprir requisitos de apresentação obrigatória no edital demonstrando o atendimento dos requisitos obrigatórios constantes nas alíneas "a, b, c e d" do item 8.1.4.1.3 ferindo assim o princípio da isonomia que deve existir entre os licitantes, haja vista que a empresa MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME (ora impugnante) cumpriu todos os requisitos editalícios apresentando a referida memória de cálculo exigida de forma forçosa pelo item 8.1.4.1.3 deste edital. Ora Sr. Presidente, as condições devem ser iguais para todos os licitantes, não podendo-se jamais deixar de exigir algo que o edital estabelece como requisito de cumprimento obrigatório de um licitante, em detrimento de outro licitante que o cumpriu;

- b) Da proposta apresentada pela STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA (ora impugnada) as fls. 1.270 dos autos ao optar por apresentar Certificado de Registro

Avenida Lauro Sodré, nº 2391, Bairro Ipase Novo, Município de Porto Velho – RO

Tel: (69) 3221-8918 - e-mail: ecp.projetos@hotmail.com



RAZÃO SOCIAL: MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME
CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

Cadastral (CRC), o fez apresentando esse documento que não foi atualizado, salvo melhor julgamento dessa egrégia comissão, **três dias antes** (apresentou Cadastro de CRC datado de 30/08/16, sem atualiza-lo três dias antes, ou seja, 07/10/16). O licitante tentou suprir tal condição juntando as 3 certidões vencidas na proposta de habilitação em conjunto com o CRC vencido, no entanto, não poderia fazê-lo, de tal forma que ou deveria apresentar o CRC atualizado até 3 dias antes (considerando que a licitação foi 13/10/16, que dia 12/10/16 foi feriado, 09/10/16 foi domingo e 08/10/16 foi sábado a referida atualização teria que ter sido feita impreterivelmente até o dia 07/10/16), ou teria que ter apresentado todas as certidões previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4. Ocorre que o licitante tentou suprir essa falha em sua proposta apresentando o SICAF, mas não conseguiu sucesso, pois o SICAF é valido apenas para os documentos de regularidade fiscal faltantes (Certidão de FGTS e Certidão de Tributos Estadual/Municipal) mas não conseguiu fazê-lo em relação a não apresentação da Certidão Negativa de Falência e Concordata (esta não é certidão de regularidade fiscal), mas consta no item 8.1.4.2 como certidão de apresentação obrigatória. Como essa exigência não foi cumprida isso enseja, por si só, a inabilitação da empresa STCP;

- c) Da não apresentação do Cartão CNPJ por parte da empresa STCP Engenharia na sua documentação de habilitação, falha que não foi suprida pela apresentação do CRC, pois o mesmo não foi atualizado três dias antes da abertura dos envelopes de habilitação. Esse fato já enseja a inabilitação STCP Engenharia;
- d) Do fato de que o Balanço e os demais documentos que constam das páginas 1256 à 1263 não estarem devidamente rubricados e nem numerados ferindo o item 7.3 desse edital;
- e) A empresa STCP Engenharia não apresentou Termo de Compromisso (modelo anexo III), item obrigatório ferindo o disposto no item 8.1, subitem 8.1.1 alínea “e” do edital. A redação do item 8.1 diz: “...Para habilitação, as Licitantes **deverão** apresentar... os documentos a seguir relacionados... **sob pena de inabilitação**. Como se vê Sr. Presidente a condição é imperativa e sua não observação enseja na inabilitação sumária do licitante.
- f) Do descumprimento da observância dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da igualdade entre os licitantes, previstos no item 1.1 do edital da Tomada de Preços nº 026/2016/CEL/PDSEAI/SUPEL/RO. Sr. Presidente, como bem disse o caput do item mencionado e o preâmbulo dessa peça recursal, essa



RAZÃO SOCIAL: MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME
CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

licitação deve reger-se dentre outros princípios pela estreita observância e vinculação ao disposto no instrumento convocatório e da igualdade entre os licitantes. Assim, salvo melhor juízo, tudo aquilo que o edital estabelecer como requisito de cumprimento obrigatório deverá, forçosamente, ser apresentado por todos os licitantes em suas respectivas propostas, caso contrário configurar-se-á descumprimento de norma editalícia, ferindo o disposto do Incisos “e” e “f”, do item 11.1 desse edital, fato que enseja de pronto a inabilitação da empresa ora impugnada por não atendimento de requisito de cumprimento obrigatório no edital;

Da fundamentação do pedido de inabilitação do licitante (STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA)

Ao focar toda a atenção ao que dispõe o subitem 8.1.4.1.3 do edital de Tomada de Preços nº 026/2016/CEL/PDSEAI/SUPEL/RO, conferindo-lhe todavia interpretação literal têm-se o que segue:

“8.1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.1.4.1. Cópia do Balanço Patrimonial, referente ao último exercício social já exigível na forma da lei, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão possa aferir se essa possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social Integralizado (licitantes constituídas a menos de um ano), de no mínimo 5% (cinco por cento) do estimado para a contratação.

...

8.1.4.1.3. A comprovação da boa situação de liquidez será feita através da demonstração, com base no balanço e através de memória de cálculo assinada por profissional

RAZÃO SOCIAL: MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME

CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

*devidamente habilitado em contabilidade, de que atende
aos seguintes índices financeiros:*

a) *Índice de Liquidez Geral (ILG) $\geq 1,00$ (um inteiro),
obtido pela aplicação da seguinte fórmula:*

...

b) *Índice de Liquidez Corrente (ILC) $\geq 1,00$ (um inteiro),
obtido pela aplicação da seguinte fórmula:*

...

c) *Grau de Endividamento Geral (GEG) $\leq 0,50$
(cinquenta centésimos), obtido pela aplicação da
seguinte fórmula:*

...

d) *Grau de Endividamento Corrente (GEC) $\leq 0,50$
(cinquenta centésimos), obtido pela aplicação da
seguinte fórmula:” (Grifo Nosso).*

Como se depreende da interpretação literal da citação de parte do edital acima mencionada, destacada e negritada no texto, o instrumento convocatório, fixa como requisitos obrigatórios à comprovação da boa situação de liquidez da empresa o atendimento de duas condições a saber:

- Demonstração com base no balanço;
- Demonstração através de memória de cálculo assinada por profissional devidamente habilitado em contabilidade que atenda **todos** os requisitos dispostos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, **sem exceção**, de tal modo que a memória de cálculo com os índices de ILG, ILC, GEG, GEC deverão ser apresentadas e mais, tem que ter o demonstrativo assinado por contador habilitado.

Pelo exposto, o edital neste item é taxativo, ou seja, não admite benefício de ordem, de tal modo que ao especificar que a comprovação da boa situação de liquidez

RAZÃO SOCIAL: MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME
CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

será feita através dos dois requisitos acima mencionados, o presente edital fixou como requisito de imperatividade a exigência dos dois requisitos e não só de um ou de outro como interpretou essa respeitável comissão de licitação, certamente, eivada da melhor das intenções, qual seja, ampliar o leque de participação de mais empresas na presente licitação na nobre intenção de possibilitar uma maior concorrência de atributos técnicos e de preços, no sentido de buscar ao final aquela proposta que se apresente mais vantajosa para a administração, fato este que deve se constituir um fim em si mesmo por parte desta e de outras comissões de licitações desde que não fira disposições expressas do edital, como no caso em tela. Destarte, a licitante ora impugnada deveria, a exemplo da impugnante, apresentar simultaneamente na sua documentação de habilitação, tanto o balanço patrimonial na forma exigida em Lei, como também o demonstrativo de memória de cálculo assinado pelo contador habilitado constando de forma os quatro índices supra elencados (ILC, ILG, GEG e GEC) e não somente dois desses índices (na melhor das hipóteses calculados de forma a não atender os requisitos exigidos na habilitação). Assim ao deixar de fazê-lo, descumpriu norma editalícia, **merecendo então ser inabilitada por isso.**

Em complemento, essa egrégia comissão de licitação ao proceder o julgamento da documentação de habilitação especificamente no que se refere ao item 8.1.4.3 e alíneas buscou, na pior interpretação, com certeza na melhor das intenções, através do pedido de análise ao contador da SUPEL, suprir uma falha na apresentação da documentação de habilitação por parte da licitante ora impugnada, procedendo cálculos com base nos dados constantes no balanço, fato que seria perfeito se o edital não dispusesse de forma cabal a tal da necessidade da apresentação dos memoriais de cálculo constando os quatro índices (ILC, ILG, GEG e GEC), assinados pelo contador habilitado. Assim, ao fixar a necessidade da apresentação dos dois documentos e não só de um deles, ilidiu tacitamente a possibilidade do artifício de suprimento de tal condição por parte do contador da SUPEL. Como se pode perceber, com base na interpretação literal do edital, não só basta que a empresa licitante (ora impugnada) possua boa condição de liquidez financeira para ser habilitada no certame, mas, para tanto, tem que **comprová-la obrigatoriamente.**


Do Pedido

Consoante e focados nos argumentos acima a empresa suma elencada, ora impugnante, vem opor seu recurso administrativo contra a decisão dessa egrégia comissão de licitação de habilitar as empresas STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LDTA, com fulcro nas razões acima elencadas. Assim pede a revisão da decisão administrativa da comissão e a declaração de inabilitação da empresa ora impugnada.

RAZÃO SOCIAL: MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME
CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

Assim, nestes termos, pede acatamento do presente recurso administrativo e deferimento do pedido.

Respeitosamente,


MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME
CNPJ Nº 10.726.497/0001-83

Recb. em 27/10/16
às 13:30hs
Vivaldo Brito Mendes
Pregoeiro Equipe KAPPA/SUPELRO
Mat. 300059453